

# Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

# Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
M521	Melhores práticas em planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-558-7 DOI 10.22533/at.ed.587192308  1. Planejamento regional. 2. Planejamento urbano – Brasil. I.Martins, Bianca Camargo.  CDD 711.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A exclusão socioespacial brasileira é um fato alarmante. O difícil acesso de grande parte da população à plena vida urbana é resultado de uma sucessão de políticas públicas inadequadas e incipientes que, muitas vezes, se distanciam das necessidades e anseios da população. Partindo do pressuposto de que o direito à cidade é um direito básico e significa a garantia a terra urbanizada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos, a habitação de qualidade e a inclusão social da população, o presente livro visa apresentar pesquisas que se destacam ao abordar de diferentes formas a crise urbana em que vivemos e apontar boas práticas de planejamento.

Nos vinte e seis capítulos que integram a obra “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, o leitor é convidado a percorrer as mais diversas áreas do território brasileiro a partir do ponto de vista dos autores convidados e conhecer novas perspectivas, mostrando a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional.

Acredito que os textos aqui contidos representam grandes avanços para o meio acadêmico. Em um momento crítico para a pesquisa e para as políticas urbanas, a Editora Atena se mostra consoante com a intenção de fomentar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção da promoção de políticas urbanas cada vez mais justas e inclusivas.

Aproveite a leitura!  
Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PROCESOS RECIENTES DE ORDENACIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN ARGENTINA Y EL NORDESTE (2003-2015)	
Miguel Ángel Barreto Roxana Evelyn Abildgaard	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
O ÍCONE ARQUITETÔNICO CULTURAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE BARCELONA	
Geise Brizotti Pasquotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>36</b>
DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO	
Wilton de Araujo Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>50</b>
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FIFA-COI E A IMINÊNCIA DO ESPAÇO ERÓTICO	
Amanda de Lisio João Gabriel Rabello Sodré	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>65</b>
APLICAÇÃO DA TEORIA DE GRAFOS E ANÁLISE ESPACIAL PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS GEOGRÁFICOS: UM ESTUDO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO HIPERCENTRO DE BELO	
Antônio Hot Pereira de Faria Diego Filipe Cordeiro Alves Leônidas Conceição Barroso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>80</b>
A DINÂMICA ATUAL DO SETOR PRODUTIVO E SUAS CONTEMPORÂNEAS INTERAÇÕES: EXEMPLOS DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ	
Carlos Casemiro Casaril	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>98</b>
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO ESTADO DE GOIÁS	
Vanessa Marzano Araujo Marisa dos Reis Azevedo Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>110</b>
DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDUZIDO PELA INDÚSTRIA? OBSERVAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO MÉDIO PARAÍBA-RJ	
Bianca Louzada Xavier Vasconcellos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923088</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>124</b>
EXPANSÃO URBANA E ARENA POLÍTICA EM CIDADE HISTÓRICA: A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS-GO	
Neio Campos Benny Schvasberg Ricardo Farret	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>139</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO PAULO DE 2009 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>153</b>
IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	
Leandro Oliveira Silva Maria Eliza Alves Guerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>169</b>
O POTENCIAL DO SELO CASA AZUL NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL	
Henriette da Silva Perbeils Mauro Cesar de Oliveira Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>193</b>
AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO (APO): A QUALIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)	
Celina Maria Rodrigues Pinto Anacléa de Araújo Bernardo Arthur Rodrigues Feijão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>203</b>
QUALIDADE DE VIDA EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS	
Luciana Inês Gomes Miron Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>220</b>
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA RESIDENCIAL-UFRJ: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA	
Maria Julieta Nunes de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230815</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>232</b>
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, ZEIS DE VAZIOS, NA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Sandra Teixeira Malvese	
DOI 10.22533/at.ed.58719230816	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>246</b>
INCLUSÃO TERRITORIAL: EFETIVIDADE DO DIREITO VIA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	
Elisa Quint de Souza de Oliveira	
Pedro Martins	
DOI 10.22533/at.ed.58719230817	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>259</b>
AS DINÂMICAS DA RENOVAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – REESTRUTURAÇÃO URBANA DO SUL DE SÃO PAULO	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230818	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>271</b>
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS COMO ALTERNATIVA PARA ECONOMIA URBANA	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230819	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>289</b>
ANÁLISE DE VIABILIDADE MERCADOLÓGICA POR MEIO DO ESTUDO DE MACROZONAS DE OFERTA	
Camila Carneiro Canedo Custódio	
Marcos Túlio Campos Cândido	
Maria Carolina Brandstetter	
Pedro Henrique de Moraes Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.58719230820	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>306</b>
ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA UTILIZANDO OS ÍNDICES DE SHARPE E SORTINO	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230821	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>315</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DE RISCO E RETORNO ENTRE TÍTULOS PÚBLICOS E MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230822	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>326</b>
PROCESSO DE GESTÃO DE PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE, BRASIL	
Luciana Inês Gomes Miron	
Nathalia Danezi	
Cristiane Cassol Schvarstzhaupt	
DOI 10.22533/at.ed.58719230823	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>339</b>
INFRAESTRUTURA VERDE: CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Daniella do Amaral Mello Bonatto	
DOI 10.22533/at.ed.58719230824	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>352</b>
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS – EXTREMA-MG	
Carlos Mello Garcias	
Liz Ehlke Cidreira	
Alessandro Bertolino	
Stephanie Louise Inácio Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230825	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>366</b>
O MEIO AMBIENTE COMO DEFINIDOR DE FRONTEIRAS E CENTRALIDADES NO ESTUÁRIO DO RIO MACAÉ	
João Lemos Cordeiro Sayd	
DOI 10.22533/at.ed.58719230826	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>379</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>380</b>

## O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FIFA-COI E A IMINÊNCIA DO ESPAÇO ERÓTICO

**Amanda de Lisio**

(amanda.delisio@utoronto.ca)

Doutora em Kinesiologia e Educação Física pela  
Universidade de Toronto (UT, Canadá)

**João Gabriel Rabello Sodré**

(rabellosodre@ucsb.edu)

Mestre em Estudos Globais pela Universidade  
da Califórnia, Santa Bárbara (UCSB, Estados  
Unidos)

Tradução de “FIFA/IOC-Sanctioned Development and the Imminence of Erotic Space,” publicado em 28 de dezembro de 2018 no *Bulletin of Latin American Research*, Edição Especial: Esporte e Transformação Social no Brasil, pp. 1-14, DOI: <https://doi.org/10.1111/blar.12747>. Tradução por Amanda De Lisio e João Gabriel Rabello Sodré.

**RESUMO:** Este artigo examinará a interseção entre aparelhos de segurança de megaeventos, o urbanismo incentivado por estes e as geografias locais do desejo. Argumentamos que estratégias de higienização urbana ameaçam geografias locais do desejo, ao mesmo tempo em que se mantêm dependentes do espaço erótico e de subjetividades existentes em trocas (trans)nacionais e em lutas econômicas diárias. Analisamos a intervenção promovida pelo projeto urbanístico da FIFA e do COI e sua remoção da diversidade sexual, proporcionando,

também, a análise do modo como corpos locais são repetidamente forçados a circunvagarem processos de desenvolvimento globais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Rio de Janeiro, paisagem do sexo, urbanismo de grandes eventos.

**ABSTRACT:** Based on ethnographic research conducted since April 2014, this paper will examine the intersection between mega-event security apparatuses, event-led urbanism, and local geographies of desire. We argue that urban sanitisation strategies (particularly those derived from a constellation of foreign interests) threaten local geographies of desire but remain dependent upon erotic space and subjectivities in (trans)national exchange and everyday economic salvation. The erasure of sexual diversity is a case with which to examine the impact of FIFA/IOC-sanctioned urban renewal, and the manner in which local bodies (particularly those deemed sexually ‘deviant’) are repeatedly forced to circumvent these globally determined processes of development.

**KEYWORDS:** FIFA World Cup, Olympic Games, Rio de Janeiro, sexual landscape, event urbanism.

O termo que propomos para o espaço *queer* é “iminente”: derivado

do latim *imminere* – aparecer ou ameaçar – a palavra corresponde a algo que está prestes a acontecer. Para simpatizantes e críticos, a noção de *queer* é, realmente, ameaçadora. Fundamentalmente, o espaço *queer* é o espaço que está, literalmente, no processo de *tomada de espaço*, de reivindicação de um território. (REED, 1996).

Cidade Olímpica é construir um Rio mais justo, integrado e desenvolvido. Um ideal que a Prefeitura e os cariocas já começaram a tornar realidade. (PLANO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO, 2013-2016, p. 229).

Uma das cidades mais visitadas no hemisfério sul, localizada entre praias e terrenos montanhosos mundialmente conhecidos, o Rio de Janeiro sempre esteve em meio a uma renovação urbana – é, literalmente, a cidade do futuro. Mais recentemente, o modo empresarial de governança (primeiramente aplicado à cidade de Barcelona, às vésperas dos Jogos Olímpicos de 1992), provocou uma onda de estratégias de (re) desenvolvimento urbano concentradas no centro da cidade (FERREIRA, 2010).

Jodi Borja, consultor de planejamento e ex-vice-prefeito de Barcelona, colaborou com autoridades municipais na elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. O documento identificou o megaevento esportivo como uma oportunidade para se reativar o turismo e atrair investimentos estrangeiros e nacionais (RIBEIRO, 2006). Seria uma alternativa ou uma forma rebatizada para se “civilizar” a esfera pública. Enquanto políticas de saneamento e saúde pública no século XIX tinham a intenção de civilizar (aqueles incluídos nas) grandes massas, o atual modelo de planejamento permitiu que os interesses estrangeiros ditassem a renovação (GAFFNEY, 2010). Mais do que um catalizador do Plano Estratégico, o evento de nível internacional foi tido como um vetor crucial da reforma urbanística (neoliberal, heteronormativa).

“Porto Maravilha”, o projeto de renovação do porto do Rio de Janeiro, incorporou tal forma agressiva de gentrificação patrocinada pelo Estado – representativa do modelo de urbanismo incentivado por grandes eventos – com vistas à criação de uma zona de “extraterritorialidade”, na qual “responsabilidades políticas e éticas são ofuscadas e a lei soberana é suspensa” (SÁNCHEZ E BROUDEHOUX, 2013, p. 136). A área foi inteiramente concedida a um consórcio privado, a Concessionária Porto Novo, que se tornou responsável pela administração (demolição e construção) da infraestrutura urbana, bem como pela manutenção de serviços básicos, como iluminação pública, drenagem e coleta de lixo (PORTO MARAVILHA, 2011). Diante das vantagens tributárias ofertadas às empresas participantes no (re)desenvolvimento e com base na legislação municipal (que permitiu a construção acima do gabarito antes estabelecido) garantida ao maior ofertante, não é de se surpreender que a área em questão possua uma das metragens mais caras da cidade. Fontes indicam que o metro quadrado residencial ou comercial deve ser vendido a um valor mínimo de US\$ 5.000 para que o interessado imobiliário consiga obter lucro (JORGENSEN, 2011). A ilusão de inclusão – o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, publicou, em edição de jornal de grande circulação, em setembro de 2015, que os Jogos Olímpicos de 2016 seriam os “Jogos da Inclusão”, com um legado de tolerância, paz, e inclusão

social (PAES, 2016) – foi instrumentalizada para que fossem reunidas estratégias de mobilização empresarial neoliberal para a privatização de um inteiro enclave urbano.

Outrossim, nada disso parece novo no Rio de Janeiro. Como capital do império português a partir do ano de 1808, e capital do Brasil de 1822 a 1960, o Rio de Janeiro parece ser uma face familiar da América Latina. O Porto Maravilha recebeu muitos dos 170.000 escravos africanos forçadamente trazidos ao Brasil entre 1795 e 1811, e muitas das 5 milhões de pessoas traficadas ao país entre 1532 e 1850. A abolição da escravidão em 1888 levou a uma grande migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, gerando uma rápida e aleatória renovação urbana. Servidão involuntária e exploração do trabalho continuaram sendo sinônimos de modernização, tanto na produção agrícola quanto na construção da paisagem urbana. Como dissertou Eduardo Galeano (1997) em relação ao desenvolvimento na América Latina, as riquezas naturais (madeira, ouro, açúcar), que inicialmente atraíram a migração europeia para o Brasil, asseguraram um sistema político-econômico de exploração, primeiro com o uso de mão-de-obra escrava indígena e, após, a partir da escravidão de pessoas negras. Com o crescimento do Brasil, as economias do campo e da cidade continuaram interligadas, exploratórias e mutuamente dependentes do comércio exterior.

A visita do rei Albert e da Rainha Elizabeth da Bélgica, no ano de 1920, tornou-se um marco do primeiro e mais notório evento em que o país dependeu da então capital para, a partir da construção de uma imagem positiva desta, atrair futuros investimentos estrangeiros. Sueann Caulfield (1997) tece uma análise de como a modernização urbana da época confinava os “sexualmente desviantes” na região portuária abandonada e decadente, informalmente estabelecendo o Mangue, primeira zona de prostituição no Rio de Janeiro. Nos dias de hoje, a criação e disseminação de uma imagem urbana positiva continua sendo um importante produto de exportação, sendo seu uso evidente nas propostas de grandes eventos submetidas em 1993, 2005 e 2009, bem como na estratégia para garantir a obtenção do status de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (designação oficialmente concedida em 2017; vide UNESCO, 2017).

Relevantes para os esforços para modernização (ou para a busca do lema “Ordem e Progresso”) são as ideologias inscritas na marca FIFA-COI. De forma similar a um desastre causado por ações humanas, alegadamente “natural”, o megaevento esportivo tornou-se o álibi para um esquema empresarial de renovação conhecido por aprofundar desigualdades urbanas em nome da expansão capitalista (vide ROCHE, 2006; VANWYNSBERGHE, SURBORG AND WYLYSurborg and Wyly, 2013; SILK, 2014). Mais do que um mero catalizador, tal modalidade de evento vem promovendo e assegurando a existência de aparelhos estatais paraestatais, que permitem que autoridades eleitas terceirizem responsabilidades a uma “esfera de responsabilidade reduzida e poder desregulado” (AMAR, 2013, p. 18) – evidente na renovação de áreas centrais do Rio de Janeiro e de Niterói. Similar à “formação predatória complexa”

presente na obra de Sassen (2014), essa nova dinâmica tem se apropriado ou reabastecido o entusiasmo com eventos a fim de erigir espaços urbanos que tornarão bem-vindas certas (incontroversas, “comodificáveis”) subjetividades (DE LISIO, 2013). A questão que assombra tais processos transformativos é se esse tipo de urbanismo incentivado por eventos e arquitetura têm o condão de compelir comunidades inteiras, corpos e sexualidades a construir um futuro hetero/homonacionalista cuja reversão se torna difícil a partir da sua incorporação na retórica e que acabaria por se refletir, na legislação, num processo de engessamento.

No presente artigo, analisamos o impacto da arquitetura global sobre as peculiaridades da paisagem do sexo do Rio de Janeiro, uma metrópole que é conhecida pelo seu apelo turístico gay (MITCHELL, 2015), mas que também pode ser considerada a capital mundial da violência contra a população LGBTQ. A organização Transgender Europe aponta que 845 pessoas LGBT foram assassinadas no Brasil de 2008 a 2016 (Transgender Europe, 2019). Já a Human Rights Campaign afirma que houve a morte de 326 LGBTQs no país em 2014 (Human Rights Campaign, 2019), enquanto o Grupo Gay da Bahia estima que 1600 LGBTQs foram assassinados desde 2016 no Brasil (Grupo Gay da Bahia, 2019). Nas cidades, encontramos fantasias sobre os corpos, sejam individuais ou coletivas, as quais (in)conscientemente contribuem para a produção de subjetividades e idealizações sobre o futuro a elas associadas – tudo isso em nome de um sujeito soberano iluminado que ainda não foi e dificilmente será concretizado. A produção do ambiente construído depende de um “homem soberano”, factual e fantástico, o qual é tido como singular e a-histórico, que autoriza e legitima processos de desenvolvimento (ASHLEY, 1989; WEBER, 2016). Tal celebrado soberano é, como assevera Joan Cocks (2014), uma “desilusão política”, pensada para promover liberdade por meio da aderência a um regime autoritário que eventualmente fracassará e nos decepcionará.

Suplementamos a análise de tal fracasso com a obra da importante autora (e muitas vezes pouco celebrada) Elizabeth Grosz (2001), para que contemos com a fluidez e a temporalidade na análise do espaço (sexualizado) como uma “progressiva possibilidade de habitação diferente” (*id.*, p. 7). Partindo de Grosz, concebemos o megaevento esportivo como apenas um evento (composto, complexo, completo) em uma série de racionalidades infinitamente mais inter-relacionadas, nas quais o espaço (e os corpos) existem em uma forma contínua de reconfiguração – redesignada, reimaginada e ressubjetivada ao longo do tempo.

Durante nossa coleta de dados, observamos o fechamento arbitrário de uma casa noturna LGBTQ e de um espaço historicamente dedicado a relações sexuais consensuais; ambos os locais marcados e definidos pelo prazer adulto. Notamos, assim, como a lógica por trás do fechamento desses estabelecimentos enquadrou os homens gays hipermasculinizados como “criminosos” e a trabalhadora sexual feminina como “vítima em necessidade de ajuda humanitária”. Como sinaliza Rinaldo Walcott, ao tratar da cultura negra canadense, a existência de subjetividades marginalizadas

dentro da área urbana está associada à palavra “ou” – isto é, ou essas subjetividades são excluídas de histórias e identidades nacionais ou estas são postas em hipervisibilidade, marcadas como desviantes e criminosas (WALCOTT, 2013, 2016). Em linhas similares, demonstramos como minorias sexuais são forçadas a também existir “de forma ausente sob exclusão” (WALCOTT, 2003, p. 37). Por meio da análise de dados etnográficos coletados desde abril de 2014, observamos que a biorremediação de comunidades, a exclusão de sexualidades *queer* e fantasias urbanas futurísticas oferecem, todas elas, uma falsa noção de desenvolvimento acompanhada de uma tentativa de limpeza do espaço urbano e dos corpos nele contidos, em favor de uma visão homogênea e heteronormativa de um futuro coletivo. A noção (heteronormativa) de “família” já foi muito utilizada em campanhas publicitárias (por exemplo, os anúncios amplamente difundidos “Obrigado, mãe” e “A família humana”, das multinacionais Procter and Gamble e Apple), tendo o Plano Estratégico do Rio de Janeiro (2013-2016) aderido a tal noção, pondo tal família como suposta beneficiária da renovação urbana gerada pelo grande evento (ex.: famílias em comunidades de baixa renda, famílias reassentadas, famílias com maior acessibilidade ou cobertura etc.). Ao passo que as famílias são progressivamente enfatizadas, argumentamos que o potencial ou a iminência do espaço – colocado à margem da zona familiar – é sacrificado no processo de construção do megaevento.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Apesar de uma longa lista de fraquezas (começando com Clifford e Marcus, 1986) e do interminável debate sobre representação, a etnografia, que pressupõe um tempo prolongado no campo ou simplesmente a observância enquanto se reflete e escreve, constitui uma forma de se contextualizar histórias específicas (inegavelmente ligadas a processos político-econômicos globais) do cotidiano de pessoas que navegam pelo mundo social.

Os dados deste artigo foram obtidos a partir de uma metodologia integrada, que permitiu uma entrada, em termos etnográficos, em uma rede desconhecida de economias informais. A pesquisa incluiu: (a) uma leitura rigorosa e atenta de materiais promocionais relativos ao urbanismo de grandes eventos; (b) a coleta de dados no campo; (c) o intercâmbio de histórias e memórias daqueles que mais frequentaram cada um dos locais. Conjuntamente, essas abordagens (imparciais e incompletas) permitiram o contato com histórias de indivíduos e suas relações com o espaço, que se contrapõem à narrativa oficial do evento. Observações e entrevistas foram realizadas no Rio de Janeiro entre abril de 2014 e março de 2017. No total, um ano foi expendido no campo, com mais de 100 mulheres entrevistadas. Cada entrevista foi conduzida em um local específico escolhido pela pessoa entrevistada (por exemplo, um quarto vazio em um bordel, um café próximo, bares e restaurantes ou em casa). Dados de observação foram obtidos em espaços de prostituição amplamente conhecidos

e anunciados. Considerou-se, durante o trabalho de campo, a existência de zonas mais amplas de prostituição no Rio de Janeiro. Isso permitiu que fossem colhidas informações acerca do impacto das reformas (sexuais) urbanas em contextos mais específicos, bem como o impacto dessas mesmas reformas sobre o espaço urbano como um todo, em especial no que diz respeito à mobilidade e a remoções.

Conjuntamente, essas metodologias tornaram mais clara a maneira pela qual a paisagem do sexo foi reconfigurada no período de 2014 a 2016, durante a construção dos grandes eventos esportivos. A coautora, uma etnógrafa “gringa”, reconheceu que a forma “deliberada e provisória” (BERNSTEIN, 2007, p. 106) com a qual adentrou e deixou o campo foi politicamente e metodologicamente delicada, mas, ainda assim, pôde encontrar-se com mulheres, apreciar sua atenção e até contribuir para o contexto da sedução como uma “dublê” em potencial.

No campo, o pesquisador etnógrafo adota uma prática performática, que não se difere muito do trabalho sexual, e é a partir dessa base comum que (co)produzimos um conhecimento íntimo, intersubjetivo. Com relação ao caso de Niterói (descrito em detalhes abaixo), outro tipo de expertise foi necessário. Buscou-se a assistência de João G. R. Sodré, um advogado carioca e amigo. Nascido e crescido no Rio de Janeiro, fluente em português e inglês, o jurista ficou fascinado e encantado com as complexidades do caso, o qual analisou (e meticulosamente explicou), apontando o conjunto de ilegalidades/legalidades utilizado para legitimar a expulsão ocorrida em Niterói (analisada a seguir). Sua participação também permitiu a construção de uma conexão entre esse fato e a renovação heterocêntrica do porto carioca.

## **O URBANISMO PROMOVIDO PELOS GRANDES EVENTOS NO RIO DE JANEIRO**

O projeto Porto Maravilha simboliza o estabelecimento de um “modelo de cidade competitiva” (KIPFER E KEIL, 2002), em que as construções, motivadas pelos grandes eventos esportivos ou pela destruição de comunidades locais em proveito de uma visão ultramoderna de arquitetura, privilegiam santuários para corpos burgueses (BÉLANGER, 2000; FRIEDMAN E ANDREWS, 2010; SILK, 2013).

Molotch (1976) renunciou esse tipo de transformação em seu trabalho ao ver as cidades como “máquinas em processo de crescimento”, que têm como objetivo atender aos desejos mercadológicos das elites (quase sempre englobando festas semipúblicas, autoridades políticas, a mídia, universidades, e serviços essenciais, como água, eletricidade e transporte), que compartilham um interesse comum no desenvolvimento local e que competem, eternamente, na busca pelo lucro e pelo poder. Inerente a tal competição é o apoio ao crescimento promovido pelas corporações como um esforço necessário em meio às restrições das finanças públicas. Ainda hoje, os insights de Molotch ecoam no processo de comodificação do espaço. Como dissertou Smith (1997) no periódico *Harvard Design Magazine*, “política urbana” tornou-se “um pouco mais que um eufemismo para o processo através do qual administrações

municipais suplicam por investimentos mercantis privados” (SMITH, 1997, pp. 20-21). O megaevento esportivo serviu como facilitador de tal amplo processo de “reforma” urbana. No contexto do Rio de Janeiro, Gaffney (2010) sustentou que o aprofundamento da fragmentação e da privatização, facilitado pela Copa do Mundo de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016, permitiu que entidades privadas e não-governamentais decidissem o futuro de comunidades locais sem sua consulta.

O projeto Porto Maravilha foi inspirado em megaeventos anteriores – no que diz respeito ao design (arquitetura sofisticada, modernizada, em contraste com uma paisagem natural), ao modelo financeiro (a formulação de uma parceria público-privada e a venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs), e à expectativa de atração de investimentos (um ponto turístico para o “amanhã”). A Lei Complementar 102/2009, do Município do Rio de Janeiro, estabeleceu a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), com o intuito de atrair investimentos estrangeiros para a área, até então vista como “degradada”. A missão da CDURP é “Orquestrar ações para integrar e capacitar áreas urbanas no sentido de dar a todos o direito a uma cidade sustentável” (Operação Urbana Consorciada, 2009; RICARDO, 2014).

A CDURP possui uma relação contratual com a Concessionária Porto Novo, composta pelas maiores empresas de engenharia do Brasil (Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, Construtora Norberto Odebrecht S.A., e OAS Ltda.), envolvidas nas construções. Tal consórcio privado é parte em um contrato de 15 anos, por meio do qual este concordou em “limpar” a área, reconstruir a infraestrutura e prover serviços básicos (e.g. iluminação, drenagem e coleta de lixo) na área (SÁNCHEZ E BROUDEHOX, 2013). Estabeleceu-se, portanto, uma área privatizada de cinco milhões de metros quadrados, encrustada em uma localidade central histórica. Similarmente, essa mesma lógica foi replicada na orla de Niterói (na mesma região onde houve a expulsão no prédio da Caixa, que também absorveu a “onda FIFA/COI”), onde o padrão de renovação urbana, promovido pelo megaevento esportivo, levou à apropriação do espaço urbano pela elite, garantindo-se um espaço turístico com estética “familiar”, marcado por museus, *food trucks*, cafés e barbeiros “descolados”. À luz da arquitetura de Santiago Calatrava, de um aquário, de obras artísticas encomendadas e da privatização da segurança, o espaço urbano foi renovado para atender a um sujeito “global”. Verbas públicas financiaram empresas privadas para a construção do Porto Maravilha e do Parque Olímpico, bem como para a revitalização do estádio do Maracanã, transformado em uma área de entretenimento de luxo para os mais abastados. A construção do Parque Olímpico, enfatizamos, forçou a desapropriação de habitantes pobres da Vila Autódromo, resultando na remoção de 550 famílias. Autoridades municipais estimaram que 22.059 famílias foram removidas para a criação da Cidade Olímpica, em julho de 2015 (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS, 2015).

A cobertura internacional, em conjunto com contingentes locais dissidentes,

denunciou essas práticas predatórias e violentas provocadas pelas estratégias dos grandes eventos, que retiraram famílias de suas residências e as “revitalizaram”, mas pouca atenção foi dada ao ataque aos espaços eróticos e suas subjetividades – uma questão debatida a seguir.

## O ESPAÇO ERÓTICO IMINENTE

Como Blanchette e Silva (2011) afirmaram, o “Rio de Janeiro, por definição, não é apenas uma singular e homogênea localidade do sexo (BRENNAN, 2004), podendo ser melhor definido como um conjunto de cenários de sexo comercial sobrepostos e interligados de forma impressionantemente variada e complexa” (BLANCHETTE E SILVA, 2011, p. 132). Compreender cada zona de sexo comercial no Rio de Janeiro nos força a reconhecer que a legislação nunca exterminou ou diminuiu essa economia *underground*. A prostituição no Brasil é tratada de forma arbitrária, de modo que esta pode ocorrer – legalmente – sem a interferência de terceiros beneficiários (é ilegal “facilitar” prostituição ou ser proprietário de uma casa de prostituição). Afora o pagamento direto entre a pessoa que se prostitui e seu cliente, outras interações – como a prostituta que contrata um segurança – podem ser interpretadas como atos criminosos de forma discricionária pelos operadores da lei.

A legislação brasileira relativa à prostituição (adulta, consensual) pode ser inferida do anacrônico, porém ainda vigente, Código Penal brasileiro, editado em 1940, durante o Estado Novo (1937-1945). De acordo com a lei federal, não é proibido vender sexo, mas algumas condutas são tipificadas (particularmente aquelas que envolvam terceiros) nos artigos 227, 228, 229 e 230 do código em questão. O caráter vago das definições encontradas pode ser exemplificado no tipo intitulado “casa de prostituição”, que torna crime “manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fins libidinosos, haja ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”. Mais vago ainda é o artigo 227, que estipula como crime induzir alguém a satisfazer a lascívia de outra pessoa, cuja aplicabilidade parece ser ainda mais difícil. Tais terminologias legais amplas permitem sua aplicação de forma discricionária, de modo que qualquer casa noturna, hotel ou bar pode ser enquadrado como alvo. Amar (2013) descreveu a detenção de um grupo de americanos em um barco com mulheres que poderiam estar se prostituindo, enquanto Sodré (2017) descreveu as inconsistências em processos criminais, nos quais decisões toleraram a prostituição, absolvendo os réus, ou aplicaram rigidamente a lei, punindo os envolvidos.

Apesar da existência de normas criminais relacionadas à prostituição, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Portaria 397 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002), que reconheceu a ocupação de profissional do sexo. Como trabalhador autônomo, o profissional do sexo pode ter direito a salário-maternidade pelo período de 120 dias, acesso a benefícios previdenciários, assistência em caso de desemprego ou de incapacidade, e outros auxílios relativos à saúde através do

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, em 2005, o governo brasileiro rejeitou um auxílio norte-americano de US\$ 40 milhões como parte de um programa contra a AIDS, em razão da condição de que os países receptores “condenassem” a prostituição (MITCHELL, 2011). Blanchette e Silva (2011, 2016) documentaram 279 espaços de prostituição no Rio de Janeiro, com “espaço” definido como um endereço singular ou uma “região moral” coesa (PARK, BURGESS E MCKENZIE, 1984). Envolvida nesse sistema está a milícia, composta por policiais aposentados, que reiteradamente lucram com as ambiguidades legais que envolvem o comércio sexual, muitas vezes através do aceite do chamado “arrego”. Nesse contexto, o espetáculo da prostituição vem subsistindo na sombra urbana como um universo informal e paralelo, no qual esporádicas políticas de higienização são impostas para que se construa uma ilusão de “respeitabilidade”. O comportamento sexual promíscuo é, então, tolerado, apesar de aqueles envolvidos no comércio sexual estarem constantemente ameaçados por autoridades locais, as quais, por sua vez, muitas vezes utilizam-se dessa forma supralegal de governança para obter vantagens, racionalizar zonas, distorcer leis relativas à intervenção do estado na propriedade privada e ratificar a violência estatal.

Não causa surpresa, portanto, que as mulheres da Caixa mantivessem uma relação de coexistência com a 76ª Delegacia de Polícia, localizada a meros 400m da maior zona de prostituição da cidade de Niterói. Contudo, tal coexistência pacífica começou a definhar com a mudança na chefia da delegacia, em março de 2014.

Em 1º de abril de 2014, a polícia realizou uma incursão no prédio da Caixa, detendo 11 mulheres, enquanto duas (acusadas de explorarem sexualmente uma à outra) foram levadas ao Complexo de Bangu, conhecido estabelecimento penitenciário do Rio de Janeiro. Em 16 de abril de 2014, mais de 200 mulheres protestaram contra tal operação em Niterói. Em 23 de maio de 2014, homens fortemente armados fizeram uma nova incursão no prédio da Caixa. A menos de um mês da Copa do Mundo, a avenida haussmaniana de Niterói tornou-se palco de uma cena hollywoodiana – algo como *Law and Order*, sem a lei e a ordem. A autoridade policial organizou a operação sob autorização da 1ª Vara Criminal de Niterói, sob o fundamento de que no local havia exploração sexual infantil e uso de drogas. Em uma bela tarde, aproximadamente 100 homens (sequer uma mulher) chegaram até o prédio de 11 andares e 376 apartamentos, ocupando os quatro primeiros andares. Na rua, mulheres envoltas em lençóis foram levadas a veículos da polícia, gritando e chorando, humilhadas. Ao serem conduzidas à 76ª Delegacia de Polícia, a menos de um quilômetro, as mulheres enfatizaram que haviam sido tratadas de forma violenta e que seu dinheiro e bebidas alcólicas haviam sido confiscados, tendo também alegado a ocorrência de vandalismo no local. Com aproximadamente 120 mulheres detidas, as autoridades retornaram ao edifício com fins de isolá-lo com uma fita. Em uma cena dramática final, impediram que as mulheres a ele retornassem, autorizando, contudo, que a mídia visitasse o espaço esvaziado. O vandalismo nos 85 apartamentos apagou qualquer aparência de lar.

As autoridades sustentaram que a expulsão havia sido determinada em razão

de questões estruturais do edifício. Contudo, apenas as mulheres foram forçadas a sair, enquanto as famílias mais “respeitáveis” nunca foram retiradas, apenas passando a transitar pelos apartamentos desfigurados. Sem qualquer solução imediata, as mulheres foram deixadas sem um lar ou sem um espaço para seu trabalho. Aquelas que se mantiveram silentes quanto ao episódio eventualmente tornaram a trabalhar em outra localidade no Rio de Janeiro. Aquela que publicamente denunciou a operação, contudo, recebeu ameaças e foi forçada a deixar o estado (MURRAY, 2015). O prédio da Caixa contrastava com o imaginário de um centro “modernizado” – chamando atenção ou “contaminando” a orla “sofisticada” do amanhã, inspirada no desenvolvimento do outro lado da Baía da Guanabara. Com a especulação imobiliária crescente e a vizinhança da Caixa prestes a receber um prédio público, imaginações do futuro ligadas à renovação urbana tornaram-se mais valiosas e mais lucrativas que as mulheres que viviam no edifício.

De forma semelhante, mas do outro lado da ponte Rio-Niterói, a existência de uma casa noturna voltada ao público LGBTQ – a The Week – foi ameaçada pelo processo de renovação urbana. Popular desde sua abertura no ano de 2007, mesmo ano em que a FIFA concedeu a sede da Copa do Mundo de 2014 ao Brasil, o estabelecimento tem sede num antigo galpão sem letreiros na Rua Sacadura Cabral, na região portuária carioca, ganhando vida nas madrugadas de sábado para o domingo, até o amanhecer dominical. Nos seus primórdios, a casa atraía um público de homens gays de classes mais altas (hipermasculinizados e musculosos) em busca de uma festa de música eletrônica, cuja entrada tinha alto valor para muitos e era tornada gratuita para alguns outros convidados “VIP”. Com o sucesso inicial do estabelecimento, uma segunda pista de música POP foi aberta. Assim, de forma a acomodar uma clientela ainda maior, a entrada passou a ser convertida em crédito para consumação no bar. Esse processo passou a atrair um público menos abastado de bairros localizados fora da zona sul carioca, quebrando o padrão predominantemente elitista (branco e rico) do estabelecimento. Com o tempo, a casa passou a incorporar a divisão de classe característica do Rio de Janeiro, possuindo áreas internas frequentadas por clientes mais ricos, enquanto outras áreas passaram a ser predominantemente frequentadas por clientes de classes sociais mais baixas.

Apesar da sua popularidade, com o término das obras do Boulevard Olímpico, a casa noturna passou a ser alvo das autoridades. Em maio de 2016, o estabelecimento foi adentrado por policiais, os quais prenderam um grande número de clientes por alegadamente participarem do tráfico de drogas. No dia 25 de setembro do mesmo ano, uma segunda incursão policial foi realizada, desta vez culminando com o fechamento do estabelecimento, a expulsão dos clientes que lá estavam e a detenção de 30 pessoas. O público foi, então, concentrando-se do lado de fora da casa, sendo alvo de fotografias da imprensa e tornando-se alvo de investigações, independentemente da sua relação com as drogas. Crucial nesse incidente é o fato de que não há lei no Brasil que permita que a autoridade policial discricionariamente feche um estabelecimento

em razão do porte de drogas, do seu consumo ou até venda por parte de alguns clientes, particularmente se não há risco imediato às pessoas que nele estejam (vide o Art. 50 da Lei 11.343/2006). O art. 6º do Código de Processo Penal (vide Decreto-Lei 3.689/1941) sugere que o fechamento poderia ocorrer com ordem judicial, no caso de uma eventual investigação. Todavia, o fechamento da The Week não atendeu a esse requisito, expondo seu público na via pública. O incidente também expôs o poder discricionário dos agentes da lei e a contradição inerente ao espaço *queer*. Espaço *queer* “concreto” é um oxímoro. A iminência é inerente ao espaço erótico e a subjetividades, que só podem existir quando distintos da intrusão normativa e quando por esta ameaçados.

Agora (re)imaginado e (re)concebido como um enclave privado para atividades culturais que atraíam um público mais “respeitável”, a casa noturna, antes localizada em uma sombra urbana, está sob os holofotes – e, portanto, deixou de existir em um local incomum. Os legados das festas heteronormativas do Rio de Janeiro continuam a se fazer presentes, mesmo com o retorno das famílias da FIFA e do COI para suas casas – e são esses legados, particularmente aqueles relacionados à paisagem do sexo em comunidades locais, que continuarão a ser desenvolvidos no futuro que agora se concretiza.

## CONCLUSÃO

A expulsão ilegal de mulheres de um espaço de sexo comercial no centro de Niterói, somada à ameaça a uma conhecida casa noturna gay na região portuária do Rio de Janeiro, não são casos exclusivamente brasileiros ou restritos ao megaevento esportivo. Este último, contudo, deu uma nova linguagem, construiu um novo mecanismo colonial de expulsão, apropriação de territórios e saque. Embora a ideia de “inclusão” tenha sido utilizada como um princípio do processo de renovação – constante da Carta Olímpica, a qual estabelece que o esporte deve estar “a serviço do desenvolvimento harmonioso da pessoa humana para a promoção de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana” (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2016) – cada caso exemplifica as fantasias que ditam a reforma urbana. Através da nossa pesquisa, buscamos demonstrar as ameaças feitas em nome de idealizações “recatadas” de cidadania e o processo de revitalização a elas associado, o qual sugerimos ter sido acelerado pelo megaevento esportivo.

No caso da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o espetáculo do esporte (re)configurou, de modo permanente, as geografias (e as economias a ela relacionadas) do desejo. O futuro promovido pelas construções no Rio de Janeiro e em Niterói se alinha a uma lógica urbanística neoliberal e dominante. As imaginações propagadas nas discussões sobre tais renovações não incluíram aquelas daqueles que batalham diariamente pelo seu reconhecimento ou das pessoas cuja mera sobrevivência é, muitas vezes, um desafio exaustivo. Essas são as imaginações barradas das áreas hipermodernas do Porto Maravilha e da Barra da Tijuca (onde se

localiza a Vila Olímpica dos Jogos de 2016).

Aqueles impactados nos processos que descrevemos não foram incorporados nas visões de uma “nova” região e, em verdade, o próprio Estado conduziu ações que enviaram a mensagem de que tais corpos interrompem a idealização dessa “nova” vida urbana. Aqueles construídos dentro de categorias sociais de desvio sexual ou perversão nunca são verdadeiramente ou parcialmente incluídos em fantasias associadas à construção de cidades globais (como as imaginações constantes de croquis arquitetônicos e outros materiais comerciais divulgados em massa). Em verdade, esses corpos existem sob a “luz vermelha”, que simboliza a decadência, e que impediria a concretização do ainda não concretizado sujeito. Outrossim, ainda que excluídas dos imaginários populares sobre o futuro, ainda que a sua existência tenha gerado performances dramáticas de violência estatal em solo nacional, as minorias sexuais têm sobrevivido, e subsistem às sobras de fantasias coletivas. Espaços sexualizados e erotizados (bem como subjetividades a eles associadas) continuam a existir “de forma ausente sob exclusão” (WALCOTT, 2003, p. 37). Em uma narrativa dominante de inclusão, somente alguns espaços são apropriados (HUBBARD E WILKINSON, 2015) e o excedente, demasiado pervertido para ser commodificado, é empurrado ainda mais às periferias. Invisibilizado, iminente, mas nunca totalmente apagado.

## AGRADECIMENTOS

Este artigo (bem como o trabalho de campo a ele associado) concretizou-se devido a uma já existente colaboração com o Observatório da Prostituição. Assim, prestamos nosso especial agradecimento a T. Brêtas, A. P. da Silva, M. Maxx, G. Mitchell, L. Murray, V. Rodrigues, J. Ruvolo, Y. Saarpong e G. Zúquete, que contribuíram enormemente para o trabalho. Também agradecemos a C. Fusco, M. Atkinson, M. Silk, e P. Hubbard pela atenção cuidadosa e pelo contínuo aconselhamento. Por fim, agradecemos a T. Blanchette pelo seu incansável acompanhamento no campo, bem como pelos seus *insights* permanentes e consolos cômicos constantes.

Esta pesquisa também recebeu financiamento da Mitacs Canada (IT03955), do Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (767-2012-2111), e do Economic and Social Research Council of the UK (ES/N018656/1).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Sy; BRENNER, Johanna. Gender and Space: Lesbians and Gay Men in the City. **Journal of Urban and Regional Research**, v.16, n.1, p.24–34, 1992.

AMAR, Paul. **The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism**. Durham: Duke University Press, 2013.

ASHLEY, R. K. Living on Borderlines. In: DERIAN, J. der; SHAPIRO, M. J. (Orgs.). **International/Intertextual Relations**. Lexington: Lexington Press, 1989, p. 259–321.

- ATKINSON, M.; YOUNG, K. Shadowed by the Corpse of War: Sport Spectacles and the Spirit of Terrorism. **International Review for the Sociology of Sport**, v.47, n.3, p.286–306, 2012.
- BÉLANGER, A. Sport Venues and the Spectacularization of Urban Spaces in North America: The Case of the Molson Centre in Montreal. **International Review for the Sociology of Sport**, v.35, n.3, p.378–397, 2000.
- BERLANT, Lauren. **Cruel Optimism**. Durham: Duke University Press, 2011.
- BIGO, Didier. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. **Alternatives**, v.27, n.1, p.63–92, 2002.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. Prostitution in Contemporary Rio de Janeiro. In: DEWEY, Susan; KELLY, Patty (Orgs.). **Policing Pleasure: Sex Work, Policy and the State in Global Perspective**. Nova York: New York University Press, 2011, p.130–145.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. Brazil Has Its Eye on You: Sexual Panic and the Threat of Sex Tourism in Rio de Janeiro during the FIFA World Cup, 2014. **Brasiliiana**, v. 4, n. 2, p. 411–454, 2016.
- BRENNAN, Denise. **What's Love Got to Do with It? Transnational Desires and Sex Tourism in the Dominican Republic**. Durham: Duke University Press, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **The City and the Grassroots**. [s.l.]: University of California Press, 1983.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Lei Complementar n. 101.
- CAULFIELD, Suenn. The Birth of Manguê: Race, Nation and the Politics of Prostitution in Rio de Janeiro, 1850–1942. In: BALDERSON, D.; GUY, D. (Orgs.). **Sex and Sexuality in Latin America**. Nova York: New York University Press, 1997, p. 86–100.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COCKS, Joan. **On Sovereignty and Other Political Delusions**. Londres: Bloomsbury Academic, 2014.
- COHEN, C. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v.3, n.4, p.437–465, 1997.
- COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Carta Olímpica**. Disponível em: <[https:// stillmed.olympic.org/ Documents/olympic\\_charter\\_en.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf)>.
- COMITÉ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS. **Rio 2016 Olympics: The Exclusion Games. Mega-Events and Human Rights Violations Dossier**. [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http:// www. streetchildrenresources.org/wp-content/uploads/2016/01/Rio-2016-Olympics-The-Exclusion-Games.pdf](http://www.streetchildrenresources.org/wp-content/uploads/2016/01/Rio-2016-Olympics-The-Exclusion-Games.pdf)>.
- DE LISIO, Amanda. Event Urbanism and the Politics of Enthusiasm. **Scapegoat Journal: Architecture, Landscape and Political Economy**, v.5, p.170–179, 2013.
- DOAN, P. L.; HIGGINS, H. The Demise of Queer Space? Resurgent Gentrification and the Assimilation of LGBT Neighborhoods. **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 1, p. 6–25, 2011.
- EDELMAN, Lee. **No future: queer theory and the death drive**. Durham: Duke University Press, 2004.

FERREIRA, Alvaro. O Projeto “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona e produção a serviço do capital? **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 15, p. 895–915, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Foucault Live**. Cambridge: MIT Press, 1996.

GALEANO, Eduardo. **Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent**. Nova York: New York University Press, 1997.

GROZS, Elizabeth. **Architecture from the Outside: Essays on Virtual and Real Space**. Cambridge: MIT Press, 2001.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br>>.

HUBBARD, Phil; WILKINSON, Eleanor. Welcoming the World? Hospitality, Homonationalism, and the London 2012 Olympics. **Antipode**, v. 47, n. 3, p. 598–615, 2012.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. **Human Rights Campaign**. Disponível em: <<http://www.hrc.org>>.

KIPFER, Stefan; KEIL, Roger. Toronto Inc? Planning the Competitive City in the New Toronto. **Antipode**, v. 34, n. 2, p. 227–264, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria 397.

MITCHELL, Gregory. Organizational Challenges among Male Sex Workers in Brazil’s Tourist Zones. *In*: KELLY, Patty; DEWEY, Susan (Orgs.). **Policing Pleasure: Sex Work, Policy and the State in Global Perspective**. Nova York: New York University Press, 2011, p. 159–172.

MITCHELL, Gregory. **Tourist Attractions: Performing Race and Masculinity in Brazil’s Sexual Economy**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

MOLOTCH, Harvey. The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 2, p. 309–332, 1976.

MUÑOZ, José Esteban. **Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity**. Nova York: New York University Press, 2009.

MURRAY, Laura. Victim Management and the Politics of Protection: Between Fazer Direito and Direitinho. **Revista Ártemis**, v. 18, n. 1, p. 28–41, 2015.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

PORTO MARAVILHA. **Where does the Porto Maravilha’s Money Come from?** Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/cepacwhat>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio: Integrated and Competitive**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.conselhodacidade.com/v3/Book\\_StrategicPlanRio20132016/content/Strategic\\_Plan\\_Rio\\_City\\_Government\\_2013\\_2016.pdf](http://www.conselhodacidade.com/v3/Book_StrategicPlanRio20132016/content/Strategic_Plan_Rio_City_Government_2013_2016.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Código de Processo Penal.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.

- REED, Christopher. Imminent Domain: Queer Space in the Built Environment. **Art Journal**, v. 55, n. 4, p. 64–70, 1996.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A acumulação primitiva do capital simbólico. *In*: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006.
- RISCADO, Priscila. Arriving at Porto Maravilha: An Analysis of the Social Impact brought by the Revitalization of the Port Area in Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_32251.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_32251.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- ROCHE, Maurice. Sports Mega-Events, Modernity and Capitalist Economies: Mega-Events and Modernity Revisited. **The Sociological Review**, v. 54, n. 2, p. 25–40, 2006.
- SÁNCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne Marie. Mega-Events and Urban Regeneration in Rio de Janeiro: Planning in a State of Emergency'. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 5, n. 2, p. 132–153, 2013.
- SASSEN, Saskia. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993.
- SILK, Michael. **The Cultural Politics of Post-9/11 American Sport: Power, Pedagogy and the Popular**. London: Routledge Press, 2014.
- SMITH, Neil. The Satanic Geographies of Globalization: Uneven Development in the 1990s'. **Public Culture**, v. 10, n. 1, p. 169–189, 1997.
- SODRÉ, João Gabriel Rabello. **Homens trabalhadores sexuais: uma análise dos homens que prestam serviços a outros homens**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SOJA, Edward W. **Thirdspace: Expanding the Geographical Imagination**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.
- TRANSGENDER EUROPE. <http://tgeu.org/>
- UNESCO. **Valongo Wharf Archaeological Site**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1548>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- VANWYNSBERGHE, Rob; SURBORG, Björn; WYLY, Elvin. When the Games Come to Town: Neoliberalism, Mega-Events and Social Inclusion in the Vancouver 2010 Winter Olympic Games. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 6, p. 2074–2093, .
- WALCOTT, Rinaldo. **Black Like Who? Writing Black Canada**. London: Insomniac Press, 2003.
- WEBER, Cynthia. **Queer International Relations: Sovereignty, Sexuality and the Will to Knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- WEIGHTMAN, Barbara. Commentary: Towards a Geography of the Gay Community. **Journal of Cultural Geography**, v. 1, n. 2, p. 106–112, 1981.
- WEIGHTMAN, Barbara. Gay Bars as Private Places. **Landscape**, v. 24, n. 1, p. 9–16, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Espacial 78  
Arranjo Produtivo Local 98, 100

### D

Desenvolvimento Sustentável 118, 352  
Direito à Cidade 138, 252, 257

### E

Economia Compartilhada 271, 287  
Expansão Urbana 131, 137

### H

Habitação de Interesse Social 152, 171, 193, 235, 236, 244, 245

### I

Inclusão Territorial 246  
Indústria Automobilística 98, 99, 101, 103, 104, 108  
Infraestrutura Verde 350

### M

Mercado Imobiliário 152, 271, 290, 294, 306, 315

### N

Norma de Desempenho 171, 175, 189, 190, 191

### P

Parques Urbanos 327, 328, 330, 335, 337  
Patrimônio Cultural 125, 379  
Percepção dos Usuários 212  
Planejamento Urbano e Regional 2, 5, 3, 203, 326, 330, 348, 349, 366  
Políticas de Planejamento Territorial 1  
Políticas Públicas 110, 193, 352, 363, 364  
Programa Minha Casa Minha Vida 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 151, 193, 196,  
233, 236, 241, 244

## **Q**

Qualidade de Vida 212

## **R**

Redes de Transporte 366

Rede Urbana 80

Regularização Fundiária 223, 231, 246

## **S**

Segurança Pública 79

Sustentabilidade 174, 192, 193, 348, 351

## **Z**

Zonas Especiais de Interesse Social 232, 233, 245

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-558-7

